



COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO N.º 1, DE 2017 – CN, DESTINADA A INVESTIGAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES ENVOLVENDO AS EMPRESAS JBS E J&F EM OPERAÇÕES REALIZADAS COM O BNDES E BNDES-PAR OCORRIDAS ENTRE OS ANOS DE 2007 A 2016, QUE GERARAM PREJUÍZOS AO INTERESSE PÚBLICO; INVESTIGAR OS PROCEDIMENTOS DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OS ACIONISTAS DAS EMPRESAS JBS E J&F.

CD/17427 4479-60

REQUERIMIENTO N° , DE 2017

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido de CONVOCAÇÃO do Sr. VICTOR GARCIA SANDRI (CPF 897.027.178-04).

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal c/c o art. 151 do Regimento Interno do Congresso Nacional), requiero seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido de CONVOCAÇÃO do Sr. VICTOR GARCIA SANDRI (CPF 897.027.178-04).

JUSTIFICATIVA

Como é sabido e notório, no curso de delações premiadas, ocorridas em maio deste ano, os executivos do grupo JBS mencionaram nominalmente diversas pessoas que tiveram envolvimento nas supostas irregularidades praticadas em favor de empresas do referido conglomerado. O empresário VICTOR GARCIA SANDRI foi um dos citados.

Reiteradas veiculações em mídia jornalística noticiam que os executivos do grupo JBS contrataram o empresário VICTOR SANDRI, mediante o pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) mensais, para que promovesse a intermediação de interesses do referido grupo empresarial no meio político. É o que revela a publicação a seguir, datada de 22/05/2017 e extraída do sítio virtual do Jornal “Folha de São Paulo”:



poder

Empresário dizia influenciar Mantega, afirma delator da Zelotes



O ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega

RUBEN S VALENTE
DE BRASÍLIA

22/05/2017 02h00

Compartilhar 22 OUVIR O TEXTO Mais opções

Primeiro delator da Operação Zelotes, o ex-auditor Paulo Roberto Cortez disse em seu acordo de colaboração premiada que o empresário Victor Sandri afirmava ter poder de influenciar o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega para conseguir alterações na composição do Carf.

Vinculado ao Ministério da Fazenda, o Carf é um tribunal administrativo que analisa recursos apresentados por empresas contra multas aplicadas pela Receita Federal.

Sandri é dono da Cimentos Penha, que conseguiu por meio de recurso no Carf, segundo o Ministério Público, livrar-se de uma multa de R\$ 57 milhões aplicada em 2004.

Segundo o delator, empresários tinham interesse em influir na composição das turmas do conselho e alguns nomes de conselheiros eram entregues a Sandri, que os repassava a Mantega. Cortez afirma que nomes foram alterados de forma a acolher os pedidos dos empresários.

Cortez disse que Sandri afirmava se reunir pelo menos uma vez por semana com Mantega em São Paulo, em jantares às sextas-feiras. Segundo Cortez, ele e Sandri usavam um código para se referir a Mantega: "Amiga".

O delator entregou e-mails que comprovariam contatos mantidos com Sandri, mas não o conteúdo das conversas, que não foram gravadas.

Cortez é o segundo delator que vincula Sandri a Mantega. Em depoimento neste ano à PGR (Procuradoria Geral da República) e à PF, o empresário de carnes Joesley Batista disse que pagou R\$ 50 mil mensais para Sandri que, em troca, "intermediou" contatos com o ex-ministro. Joesley tinha interesse em obter empréstimos no BNDES.

A participação de Mantega nos esquemas investigados pela Zelotes não foi confirmada até o momento pela PF.

Em janeiro passado, a instituição concluiu inquérito que tratou de fatos relatados por Cortez, mas não indiciou Mantega, pois não encontrou provas de crimes cometidos por ele.

O inquérito terminou com o indiciamento de Sandri por supostas corrupção e lavagem de dinheiro.

O advogado do empresário, Ticiano Figueiredo, afirmou que seu cliente "jamais participou de qualquer ato ilícito, seja ele próprio, seja em nome do ex-ministro" Guido Mantega.

"Apesar de não ter tido acesso ao conteúdo da delação, a defesa considera mais uma tentativa de vê-lo envolvido na prática de atos ilícitos sem qualquer tipo de prova", disse o advogado.

O defensor de Mantega, procurado, não foi localizado para comentar o assunto. ★ ★ ★

Compartilhar 22 OUVIR O TEXTO Mais opções

leia também

Procuradoria denuncia Jucá sob acusação de corrupção e lavagem de dinheiro

Supremo retira de Moro parte da delação da JBS que cita Mantega e Lula

Edição impressa

especiais

Placar da denúncia

Veja como votou cada deputado

PLACAR DA DENÚNCIA
Veja como cada deputado votou em relação à denúncia contra Temer



De 2014
Saiba mais sobre a Lava Jato, maior investigação sobre corrupção no país

REAÇÃO em cadeia

Lava Jato completa três anos com frentes dentro e fora do Brasil

siga a folha

RECEBA NO 88A NEW BLETTER

☐ f
 ☐ t
 ☐ g+
 ☐ in
 ☐ p

☐ i
 ☐ r
 ☐ y

EM FOLHA

LEIAS	COMENTADAS	ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Supremo nega pedido para Senado analisar impeachment de Gilmer		
2	Bolsonaro diz que é liberal e adota discurso que agrada investidores		
3	Moro pede que Lula esclareça se tem os recibos originais de aluguel		
4	O Trump serve de exemplo para mim, diz Bolsonaro em visita aos EUA		

Compartilhar 22 OUVIR O TEXTO Mais opções



CONGRESSO NACIONAL

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1911816-empresario-dizia-influenciar-mantega-afirma-delator-da-zelotes.shtml>. Acessada em 09 de outubro de 2017.

Portanto, o convocado está diretamente envolvido nos fatos relacionados aos objetivos desta CPMI, sendo de grande valia sua oitiva por esta Comissão.

Sala das Sessões, em de setembro de 2017.

Deputado Delegado Francischini
Solidariedade/PR



CD/17427.44479-60